

## MULHERES APRISIONADAS: REDISCUTINDO A INVISIBILIDADE

Simone Reis Nunes <sup>1</sup>

Graziela Werba <sup>2</sup>

Recebido em: 14/01/2013 | Aceito em: 22/07/2013

### Resumo

O senso comum, na perspectiva de gênero, preconiza a criminalidade feminina como mais uma situação na qual preponderam as relações patriarcais. Assim, as mulheres apenas se envolveriam no crime a partir de suas relações afetivas com uma ou mais figuras masculinas. Em pesquisa realizada em um presídio feminino gaúcho, a coleta de dados trouxe informações que contrariam esta ideia. O que pretendemos com este estudo é um novo olhar sobre o tema, questionando: pensar que as mulheres entram na criminalidade em função de uma figura masculina não seria mais uma forma de invisibilidade?

**Palavras-chave:** Gênero; Criminalidade Feminina; Invisibilidade; Classes

## WOMEN IN PRISON: REDISCUSSING THE INVISIBILITY

### Abstract

Common sense, in the gender perspective, advocates female criminality as one more situation where the patriarchal relations prevail. Thus, women who are serving sentences would involve themselves in crime, as of their affective relationships with one or more male figures. In a research conducted in a Women's Prison in Rio Grande do Sul, the data collection brought information that contradict this idea. What we intend with this study is a new look at the subject, by questioning: to think that women enter the criminality because of a male figure, wouldn't it be one more form of invisibility?

**Keywords:** Gender; Female Crime; Invisibility; Classes.

### INTRODUÇÃO

Este artigo pretende discutir a criminalidade feminina a partir de seu protagonismo na transgressão, questionando a ideia de que as mulheres transgridem em função de suas relações afetivas com uma figura masculina. O Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial – Reorganização e Reformulação do

---

<sup>1</sup> Simone Reis Nunes é Psicóloga graduada pela ULBRA, Campus Torres. Membro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Torres/RS.

<sup>2</sup> Graziela Werba é Psicóloga, Pós-doutora em Psicologia, Coordenadora da Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da ULBRA, Campus Torres. Presidente do Fórum Municipal da Mulher de Torres/RS.

Sistema Prisional Feminino (2007, p.35), dá conta de que o perfil da mulher presa no Brasil é de “mulheres jovens, mães solteiras, afrodescendentes e, na maioria dos casos, condenadas por envolvimento com tráfico de drogas, sendo que a maioria ocupa uma posição secundária na estrutura do tráfico”.

Esta discussão teve origem em uma pesquisa com as detentas da Penitenciária Estadual Feminina de Torres (PEFT), para o Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia da ULBRA Torres. São internas de uma instituição definida por Goffman (2010) como instituições totais, locais de rompimento das barreiras que separam as três esferas dispostas na sociedade moderna: dormir, trabalhar e ter lazer. Segundo o autor, nestas instituições – como na PEFT – as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas por outrem, ficando as internas submetidas a um planejamento racional e rígido. Não há como negar que esses processos, tantas vezes cruéis, interferem diretamente no ser/existir destas pessoas, haja vista o sistema de controle a que são submetidas.

A coleta de dados foi feita através da técnica da História de Vida. Foram realizadas 10 entrevistas individuais com seis presas, todas condenadas por tráfico de drogas e que se declararam heterossexuais. Em cada entrevista, pedíamos que a participante contasse a sua história, decidindo, ela mesma, o que seria importante narrar. A história de vida permite ao pesquisador ou pesquisadora compreender melhor a trajetória do sujeito investigado a partir do olhar dele próprio. Segundo VÍctora (2000), esta técnica possibilita recolher informações sobre crenças, mitos, tradições e a relevância que o sujeito dá aos fatos narrados. Por exemplo, a ordem dos fatos, a repetição de determinada história e a própria incoerência com que determinados fatos são narrados, pode servir como fonte de análise dos dados investigados.

Na análise dos dados coletados, algo interessante se revelou: a maior parte das mulheres ouvidas não praticou seus crimes tendo suas relações afetivas como primeiro plano, e se declarou inocente ou responsável pelos seus negócios. Estes dados despertaram nosso interesse para uma nova discussão, ultrapassando o papel secundário teoricamente desempenhado pelas mulheres na prática do tráfico. Passamos a nos questionar sobre esta nova configuração que, do lado de dentro da tese de gênero, nos impele a rediscutir os papéis exercidos por estas mulheres em sua atividade transgressora. A demanda que passou a nortear nosso trabalho foi: pensar que as mulheres entram na criminalidade em função dos homens poderia ser mais uma forma de invisibilizá-las?

Foi a partir deste questionamento que engendramos este artigo, com o intuito de promover uma discussão que envolva gênero e classe, fazendo uma releitura do papel social das mulheres do tráfico num contexto sócio-histórico.

Para articular esta reflexão, partimos de uma abordagem histórica das mulheres, seguida de uma discussão sobre gênero, crime e classe, com o intuito de percorrer o fio condutor desta proposta: será gênero a principal categoria de análise na compreensão da criminalidade das mulheres do tráfico?

## **O FEMININO E O CRIME: A CONDIÇÃO HISTÓRICA FEMININA ESUA INTERFACE COM O DELITO**

### **As Mulheres na História: A Díade Corpo x Pecado**

Sabe-se que a imagem da mulher no contexto histórico é de um ser intelectualmente inferior, fisicamente desfavorecido e, desde Idade Média, considerado demoníaco: a sede de todos os pecados. Esta concepção tem origem no mito de Eva, que detém o pecado original pelo qual homens e mulheres nascem marcados (WERBA, 1999).

Perrot (2007, p. 16) indaga: “será que as mulheres têm uma história?”. A autora defende que a história não trata apenas dos fatos, mas dos relatos que se fazem deles, o que origina, justamente, essa indagação, visto que encontrar relatos não tem sido tarefa fácil aos e às historiadoras.

A construção do registro histórico das mulheres se dá, cientificamente, a partir dos anos 70, quando “a história se alia à antropologia e redescobre a família” (PERROT, 2007, p. 19). Deste ponto em diante, começa a haver um resgate da trajetória feminina ao longo da história da humanidade. A autora reporta-se à Idade Média resgatando as seitas medievais das quais as mulheres faziam parte em grande número e que tinham como objeto principal questionar o poder dos clérigos.

Primeiros fogos de um incêndio que iria abrasar a *Europa das feiticeiras*, sobretudo depois da publicação do *Malleus Maleficarum*, dos dominicanos Kraemer e Sprenger em 1486, que teve um sucesso enorme, aproximadamente vinte edições em trinta anos. Essa enquête, encomendada pela Inquisição, pretendia, ao mesmo tempo, descrever as feiticeiras e suas práticas e dizer o que convinha pensar sobre elas (PERROT, 2007, p. 88).

De volta ao século XX, Soihet (1997, p. 98), ressalta que o marxismo dos anos 1960 considerou menos importante a problemática da mulher, já que isto se resolveria “quando fosse instaurada uma sociedade sem classes”.

O Brasil colonial acompanhou os progressos acontecidos na Europa. Nas duas Grandes Guerras, com a convocação em massa dos homens para os campos de batalha, as mulheres acabam por tomar seus lugares nos negócios da família, garantindo assim a mão de obra que afiançaria a expansão do capitalismo e a instituição da Era Industrial, já no período pós II Guerra. Probst e Ramos (2003, p. 2), reforçam:

Isso começou de fato com as I e II Guerras Mundiais (1914 – 1918 e 1939 – 1945, respectivamente), quando os homens iam para as frentes de batalha e as mulheres passavam a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho. Mas a guerra acabou. E com ela a vida de muitos homens que lutaram pelo país. Alguns dos que sobreviveram ao conflito foram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho. Foi nesse momento que as mulheres sentiram-se na obrigação de deixar a casa e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos. [...] Com o desenvolvimento tecnológico e o intenso crescimento da maquinaria, boa parte da mão-de-obra feminina foi transferida para as fábricas.

No âmbito rural, homens e mulheres deixam o campo rumo às cidades, instaurando a urbanidade, sua cultura e suas violências. Aos poucos, fortalecidas pelos movimentos feministas e pelo surgimento da pílula, que trouxe à mulher os primeiros sabores da liberdade sexual, as mulheres vão deixando o espaço privado e tomando o espaço público. No âmbito do trabalho, no início do século XX, o proletariado era constituído, em grande parte, por mulheres. Apesar desse grande número, o preconceito e a discriminação eram gritantes:

As dificuldades aparecem desde logo, principalmente se consideramos que o historiador

trabalha com imagens diferenciadas, produzidas pelos documentos disponíveis. Frágeis e infelizes para os jornalistas, perigosas e “indesejáveis” para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos, perdidas e “degeneradas” para os médicos e juristas, as trabalhadoras eram percebidas de vários modos (RAGO, 2007, p. 579).

A mulher da década de 1960 começou a perceber-se como dona de seu corpo e autora de sua história, porém, continuava vivendo sob a égide do patriarcado, o que lhe rendeu árduas lutas. Casava-se com quem queria, tinha filhos se assim desejasse, abriu espaço no mercado de trabalho, mas estas liberdades trouxeram vicissitudes com as quais as mulheres precisaram arcar. Persistia a preponderância da “cultura machista sobre a condição feminina” (SALMASSO, 2004, p. 18). A desigualdade de gênero perpassava (e ainda perpassa) a esfera social, econômica e cultural, relegando as mulheres a um plano secundário, valorizado pela sua permanência no espaço privado. O corpo da mulher ainda pertencia ao homem, como no relato que segue, de D. P., 23 anos, uma das entrevistadas:

*Só teve um caso que, né, nunca foi comentado com ninguém, eu contei só pro meu psiquiatra, que eu fui, sofri muito abuso, pedofilia, abuso infantil, não da minha família, mas dos amigos dos meus pais. Com 12 anos minha mãe fez um boletim, queria fazer um boletim de ocorrência, que foi quando um cara me pegou na frente da escola, e daí ela me levou no médico dela, que era o Doutor G, que era clínico geral e ginecologista, daí ele disse que era a pior besteira que ela ia fazer, era de colocar na polícia.*

Neste relato, a entrevistada refere, cronologicamente, o ano de 1986. Ou seja, duas décadas depois da chamada emancipação da mulher, o corpo feminino ainda está à mercê do desejo do macho, que dispõe dele como lhe convém. A cultura machista está claramente representada pelo médico, que aconselha a mãe a não delatar o criminoso sob pena da menina ficar *mal falada*.

Ainda assim, na medida em que o capitalismo se expandiu, as mulheres, que nos anos 60 haviam se dado conta de que seus limites iam além das portas do lar, foram tomando seu espaço a duras penas. Neste contexto, se tornaram chefes de família, mães solteiras, trabalhadoras, arcando com a glória e a dor do empoderamento em todas as esferas sociais e econômicas das quais faziam parte. Riqueza, pobreza, independência, crime e violência são exemplos de condições que se tornaram, também, sinônimos do feminino.

## **O Feminino e a Vulnerabilidade Social (ou A Feminização da Pobreza)**

Novellino (2007, p. 6) contempla:

De acordo com *United Nations* (1994:6-7), pode-se encontrar três tipos de domicílio chefiado por mulher: (a) domicílios compostos por somente uma pessoa; (b) domicílios onde há mulheres e crianças mas não homens adultos; (c) domicílios onde há homens adultos presentes mas onde devido à invalidez, desemprego, alcoolismo ou outros fatores, uma mulher é a principal provedora econômica. De acordo com esta concepção, as mulheres só seriam chefes de domicílio ou pela ausência de homens adultos (por divórcio, separação, viuvez, migração da mulher ou do homem) ou pela incapacidade, deles, em sustentar economicamente suas famílias.

Ou seja: a feminização da pobreza, em um contexto histórico, vem sendo afirmada como um catalizador de fenômenos socioculturais, especialmente no Brasil, a partir dos anos 1980.

Macedo (2008, p. 392), amplia a discussão para a perspectiva de gênero, a partir da qual, conjecturar a feminização da pobreza exige uma complexa gama de análise. A autora refere que os estudos realizados a partir da segunda metade do século XX, abordam uma visão simplista que reforça a ideia da família nuclear tradicional – aquela chefiada por homens:

O fenômeno da chefia de domicílios por mulheres constitui uma nova realidade, como insistem em afirmar as assustadas e preocupadas manchetes de jornais e os programas de televisão. Certamente, porém, sua existência tem sido ocultada por um retrato uniforme das formas de organização familiar no Brasil, favorecido, durante muito tempo, pela universalização do protótipo da família conjugal nuclear (Corrêa, 1982). Dessa forma, o que pode ser considerado como *novo* nesse contexto? Por certo, é a sua expansão entre as chamadas camadas médias brasileiras, o que, do ponto de vista ideológico, vem se chocando com o modelo dominante nesse universo, imposto pelas ideologias de gênero.

A vulnerabilidade social das famílias chefiadas por mulheres parece ser, portanto, um fator intrínseco no processo de divisão de classes. Mas esta discussão abarca não apenas os dados estatísticos que comprovam o crescimento desta configuração familiar e as desigualdades referentes ao mercado de trabalho, mas aprofunda a análise para o que Macedo (2008, p. 393) denomina “uma combinação de fatores objetivos com as profundas transformações na subjetividade”. Ou seja, há que se enfatizar a questão da pobreza, neste contexto familiar, a partir de uma discussão mais ampla que aprofunde a questão da transversalidade de gênero, como afirma a autora:

(...) faz-se ainda necessário ressaltar que os usos de gênero – especialmente quando o termo é utilizado simplificada e como sinônimo de mulher – como qualquer ferramenta de análise, ao apresentarem um sem-número de possibilidades, também trazem, em seu bojo, certos riscos, como o de se naturalizarem as desigualdades em torno de algumas populações, como se essa condição lhes fossem intrínsecas [sic] em decorrência de um conjunto de características particulares desfavoráveis. O que vai significar, em última instância, responsabilizá-las pelo “seu” *gap* (MACEDO, 2008, p. 397).

É senso comum a desigualdade de gênero ao longo dos anos e suas consequências no contexto socioeconômico das mulheres. Embora seja necessário cuidado com o simplismo da afirmação, é inegável que, a partir de fenômenos como a ausência do pai-provedor (assim tradicionalmente denominado), a mãe passa a assumir este papel. Esta responsabilidade, vislumbrada a partir de uma sociedade patriarcal que não contempla iguais oportunidades para homens e mulheres, historicamente deixa a mulher em posição de desvantagem. A menos-valia da força de trabalho feminina, antes e depois do aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, é um dos fatores predominantes na feminização da pobreza, o que caracteriza claramente a desigualdade de gênero e classe. Mais além, devemos considerar os fenômenos socioculturais que influem diretamente na subjetividade destas mulheres e, por consequência, na direção que sua vida acaba tomando.

Rolim (2006, p. 120) sustenta que:

A chave para abordar os riscos na família é educação dos pais. Investimentos realizados nessa área normalmente não envolvem quantias significativas – pelo menos quando comparadas aos custos necessários para a manutenção do sistema de justiça criminal ou para o funcionamento das polícias. E os resultados são surpreendentes.

O autor, portanto, corrobora a questão da família como suporte para a subjetividade e a conduta dos sujeitos desde a primeira infância.

Nas entrevistas, nas quais cinco das seis mulheres vinham de famílias consideradas *desestruturadas* no âmbito social e econômico, esta questão aparece claramente. Note-se que destacamos o termo *desestruturadas* a fim de criticar o aspecto conservador da expressão *família estruturada* como um núcleo socialmente estabelecido que contempla pai provedor, mãe cuidadora e filhos educados para perpetuar estes valores. Pensamos que o fator vulnerabilidade econômica contribuiu tanto ou mais para o ingresso das mulheres entrevistadas no crime do que suas relações afetivas. Abuso sexual, trabalho infantil, mães e pais ausentes e/ou cuja dependência química trouxe desdobramentos indesejáveis, casamento e/ou gravidez na adolescência foram dados frequentes e consideráveis para o problema com a justiça. Estas situações corroboram a ideia de Macedo (2008) sobre a necessidade de se ponderar com mais minúcia as causas e efeitos da feminização da pobreza sem, em nenhuma hipótese, abandonar a perspectiva de gênero que as envolve. Indo além dessas evidências, uma outra ideia circundou a pesquisa – seria o crime também um modo reverso de empoderamento? Na tentativa de responder, passamos a desenvolver um pouco mais o assunto.

### **A Criminalidade Feminina na Contemporaneidade: Gênero, Crime e Empoderamento**

A teoria de gênero abarca a discussão de gênero e criminalidade como um tema transversal que perpassa todas as relações sociais, econômicas e culturais que possuem como protagonistas homens e mulheres. Desta forma, citamos Oliveira e Werba (2011, p. 36) que situam historicamente as lutas feministas como propulsoras dos estudos de gênero:

Perceber-se como a sociedade, ao longo dos tempos, difundiu os papéis de gênero tem sido, particularmente um desafio e, ao mesmo tempo, um entendimento. As mulheres brasileiras, assim como todas, são profissionais, são especialistas em algumas áreas, são trabalhadoras, criam seus filhos, se responsabilizam pela organização da casa e da família, enfim, assumem papéis importantes na sociedade e na história deste país. Todas essas mudanças foram acontecendo em um mundo onde as perspectivas de crescimento estavam se ordenando desde o fim das guerras, com a economia tentando se organizar e vários países crescendo rapidamente.

A transversalidade de gênero não deixa de abranger universo do crime, visto que a hierarquia construída ao redor da prática criminosa não difere, essencialmente, da estrutura dos “negócios legais”. Portanto, há que se considerar que, assim como na esfera das relações de trabalho socialmente aceitas, a mulher vem ganhando espaço também na esfera do crime, abandonando, como comprovado na pesquisa da PEFT, as posições de coautoria. Além disso, é necessário considerar, com relação à transgressão, as condições gerais de vida dessas mulheres desde sua infância, como referimos na seção anterior.

O relato de K. S., 23 anos, ilustra a dinâmica da criminalidade a partir de uma posição de protagonismo:

*A primeira vez que eu comecei a traficar, eu tinha 16 anos, tinha 16 anos, a minha mãe não sabia, trabalhava no centro de Porto Alegre, e eu conheci umas pessoas lá, daí eu comecei a vender pó, pras mulheres da boate, tudo aquelas boates do centro eu vendia pó pra elas, daí parei, daí foi onde eu conheci*

*o pai da minha filha, tive um relacionamento com ele, fiquei longe de tudo, daí engravidei, ele me abandonou e eu voltei pra vida de novo.*

A entrevistada traz um dado interessante se considerarmos a desconstrução do paradigma da mulher que se envolve com o crime a partir da influência de um homem. O tráfico já era parte da vida desta mulher antes do casamento. Ao desfazê-lo, retoma sua atividade transgressora.

Em outro trecho, a mesma mulher reflete sobre umas das razões de seu ingresso no crime:

*Olha, não digo que era a única opção, mas era o que tava me estabilizando um pouco mais, né, além do meu emprego, né? Mesmo eu tendo o meu emprego, era o que me estabilizava um pouco mais.*

Conforme a narrativa, a entrevistada faz uma escolha: a de traficar ao invés de procurar uma segunda ocupação lícita em função dos horários livres de que podia dispor para ficar com a filha. Não é difícil encontrar explicações para esta decisão, já que tudo isto se passa em um cenário de consumo desenfreado, que Carvalho (2009, p. 3) chama de “fetichismo da subjetividade”, e define como “[...] fenômeno do homem tornado mercadoria, buscando responder aos anseios da demanda do mercado para se tornar ‘consumível’”. Ou seja, a necessidade do sujeito moderno de, diante das exigências mercadológicas e sociais, responder à sua demanda, tornando-se “competitivo e atraente” e configurando uma nova (e duvidosa) forma de inclusão social.

Se o que vale é a capacidade de ganhar dinheiro, e se, por outro lado, as mulheres passaram a participar cada vez mais desta “corrida pelo ouro”, à custa de se manterem como sujeitos válidos no mundo, fica evidente o casamento entre as categorias de análise desta investigação: gênero, classe e criminalidade. Esta situação nos remete ao conceito de empoderamento cujo termo, de acordo com Horochowski e Meirelles (2007, p. 487), surge no Brasil em meados da década de 1970, provindo do inglês *empowerment*. Possui uma clara conotação emancipatória, promulgada pelos movimentos feministas e negros, representantes de populações historicamente vulneráveis.

Em sua origem anglo-saxônica, o verbo, conjugado em sua forma infinitiva *empower*, denota “habilitar, permitir”. Ou seja, empoderamento, no sentido original da palavra e aplicado individualmente a um determinado sujeito, refere a tornar-se hábil, se permitir, transformar-se em sujeito ativo e senhor de si e de seus atos (KLEBA e WENDAUSEN, 2009, p. 735).

Neste sentido, pensamos que as histórias de vida das mulheres da PEFT apresentam uma característica que gera, principalmente, dois pontos de reflexão: primeiro, a posição de protagonistas de sua prática delituosa e, segundo, sua vida permeada por situações de vulnerabilidade social. Os relatos a seguir demonstram:

*Eu com nove ano eu comecei a trabalhá pra ajudá a minha mãe, ela tinha casado com um homem que... que era muito ruim, e eu resolvi saí de casa pra trabalhá, eu morava na casa dos outros pra trazê, assim, domingo, algumas coisa de comida pra ela, pra mim me afastar desse padrasto, que ele começava a tenta se passá comigo, e eu falava pra ela, e ela não, não acreditava em mim, aí foi assim, com nove ano eu comecei a trabalhá, trabalhando e estudando, e com quatorze ano eu resolvi saí de casa porque esse cara tava se passando comigo (E. M., 26 anos).*

*Anos e anos da minha vida eu passei trabalhando. Ai quando o T. fechô, ai eu tinha que esperá a próxima chamada deles, né, pra trabalhá, ai eu aproveitei que nesse mesmo tempo, pra não ficá sem serviço, fui trabalhá em Caxias, na época em Torres tinha o Dr. F... Muito, muitos anos atrás. Ai fui trabalhá em Caxias, e aonde eu fui, fiquei dois meses, a minha irmã me ligô dizendo que... Eu não contei pra eles, eu era muito novinha, que eu tinha filho. Ai, a minha irmã ligô pra lá e disse que o meu sobrinho tava passando muito mal. Eu pedi a minhas conta e vim embora. E era o meu filho que ela falava. Não era sobrinho. E daquela data em diante eu nunca mais saí, assim, de casa pra trabalhá longe. Porque ele tava entrando em risco de morte e eu vim. (D. V., 04/06/2012).*

A questão do empoderamento, nesta pesquisa, é tratada por uma via que se adequa ao conceito acima transcrito e que volto a destacar: “transformar-se em sujeito ativo e senhor de seus atos”. Estabelecemos aqui uma relação direta entre o conceito original de *empoderamento* e o protagonismo das mulheres no crime. Consideramos esta discussão de gênero amplamente relevante no sentido de visibilizar este protagonismo e engendrar estratégias que visem minimizar mais este problema social.

A análise dos entremeios que envolvem a criminalidade feminina é bastante pertinente, já que estamos tratando de mães solteiras, mães casadas, esposas violentadas, senhoras, usuárias de drogas, enfim, mulheres cujas histórias pessoais legitimam uma discussão do conceito de classes.

## **O Feminino e a Luta de Classes**

Segundo Gurgel (2010), já desde a Revolução Francesa as mulheres se apresentam como sujeitos políticos, lutando por direitos como o voto e o alistamento militar. Desde então, as mulheres permaneceram numa posição de resistência, despertando a desconfiança da burguesia que, considerando o movimento feminista uma ameaça, passou a proibir as reuniões de clubes de mulheres.

Rago (2007, p. 597) reforça esta afirmação da seguinte forma:

A luta pela libertação feminina estava, pois, subordinada à ideia da emancipação de toda a humanidade. Assim como as socialistas e as comunistas, as anarquistas consideravam a questão feminina secundária em relação ao conflito entre classes sociais, cuja resolução, conseqüentemente, acabaria com o problema da opressão sexual. No entanto, em sua luta cotidiana, as operárias anarquistas procuravam colocar o debate na ordem do dia, questionando não apenas o patriarcalismo da sociedade brasileira, mas a discriminação sexual no meio operário e no ambiente de militância política. Propunham, pois, um feminismo libertário.

O movimento feminista, nascido na Revolução Francesa, contava e conta, ainda hoje, com o estigma da invisibilidade. As mulheres anarquistas do início do século XX já empunhavam a bandeira de uma nova sociedade, livre de distinções de etnia, gênero, idade ou condição socioeconômica (RAGO, 2007).

Na contemporaneidade, o mundo assiste e comenta a conquista do espaço público pela mulher. Trata-se de uma conquista justa, merecida e, sem nenhuma dúvida, obtida à custa de muita militância. Entretanto, como em todas as esferas da ciência, há que se ampliar a discussão a partir daquilo que já é sabido e comprovado. Já não há necessidade de abordar a questão da mulher no espaço público, já que isto é fato.

Há que se questionar, agora, que mulher ocupa este espaço e como se dá este movimento. À primeira vista, nos parece que a luta de classes demanda um outro direcionamento: sabemos que a mulher ocupa o espaço público, mas, que mulher é essa e que lugar ela ocupa dentro deste espaço?

A questão que se apresenta, e que fica para discussão é: que lugares do espaço público ocupam, hoje, a mulher negra, pobre, idosa? A penitenciária, certamente, é um deles, como pudemos perceber ao longo deste trabalho. Fica o questionamento...

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: (RE) DISCUTINDO INVISIBILIDADES

Este artigo buscou propor uma nova discussão do olhar sobre a mulher transgressora, especialmente a envolvida no tráfico de drogas. A partir de um mapeamento realizado na PEFT, durante o Curso de Psicologia da Ulbra - Torres, surgiu nosso interesse em investigar as possíveis implicações de gênero na criminalidade das mulheres encarceradas. Os dados fornecidos no mapeamento, ainda pela equipe de trabalho da PEFT, direcionavam a resposta para o resultado encontrado pela maioria das pesquisas realizadas nesta área, que davam conta de que as mulheres ingressavam no crime pelas mãos de uma figura masculina, geralmente representada por um companheiro, pai ou irmão.

Partindo desta ideia, iniciamos uma pesquisa-ação na PEFT, onde entrevistamos seis presidiárias, todas cumprindo pena em regime fechado, por tráfico de drogas, e mantendo ou tendo mantido um relacionamento afetivo com homens antes da prisão. Através da técnica da História de Vida, as apenadas iam contando suas histórias, desde a infância até o momento.

Durante a escuta das mulheres, fomos percebendo que algo não se encaixava no padrão de histórias que esperávamos encontrar. Algumas delas negras, uma idosa, todas com histórico de alta vulnerabilidade social desde a infância: pobreza, ausência de pai ou mãe, abuso sexual, trabalho infantil são exemplos do que se ouviu nos encontros. Metade do total das entrevistadas possuía a característica que mais nos chamou à reflexão: traficavam e/ou eram usuárias, independentemente das relações afetivas que mantinham com companheiros, pais ou irmãos.

Oportunizar a discussão se reflete numa forma de problematizar as questões como uma das características da pesquisa qualitativa, onde o campo, como define Neto (2002, p. 54), “torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos”. Campo, neste caso, pode ser considerado o universo rico e contundente das histórias de vida escutadas pela pesquisadora, onde se pode apreender uma diferente configuração do pensamento social existente, e agora, contestado.

Consideramos que este é o momento em que a pesquisa de campo demonstra seu real significado: o da diferença. É quando o pesquisador ou pesquisadora se sente instigado a investigar, rediscutir, reinventar. Foi o que pretendemos neste artigo: refletir se a ideia de que as mulheres transgridem em função dos homens não seria mais uma forma de invisibilizá-las. Ao pensarmos esta possibilidade, nos demos conta de que ela pode representar uma armadilha, inclusive para quem está habituada a utilizar a perspectiva de gênero na discussão da problemática das mulheres. Afinal, a ideia de que a mulher ocupa posições secundárias na hierarquia do tráfico é ainda amplamente compartilhada pelas feministas, entre as quais,

nos incluímos. E surge a questão: será que até para transgredir as mulheres precisam da anuência de um homem? As detentas da PEFT nos mostraram o contrário, e tivemos a oportunidade de tomar contato com outra pesquisa que também demonstrou este dado.

Carvalho (2007), a partir de uma pesquisa realizada na Penitenciária de Montes Claros, MG, sustenta que este fenômeno não é uma particularidade da PEFT:

Entre as mulheres que assumiram seu envolvimento com o delito, a maioria, cincoentre as sete entrevistadas alegou motivo financeiro, seja por dificuldades, seja por *vontade de subir na vida*. Entre essas cinco, três relataram-nos que não tinham outra escolha, pois as dificuldades financeiras eram muitas. [...] Dos outros dois relatos, completando as sete entrevistadas que confirmaram o cometimento do delito, apenas uma diz respeito ao envolvimento com uma figura masculina.

Como vimos, o dado se repete, mas nos parece faltar o questionamento sobre o novo, que surge com frequência e, por conseguinte, se torna relevante. Será que nós não estaríamos caindo no senso comum e relaxando em nossa histórica (e eficaz) vigilância com as transformações sociais?

Ocorre-nos que a ausência de discussão sobre o tema talvez esteja nos levando a reforçar um estigma que, de acordo com Goffman (2008), representa uma diferenciação imputada a um sujeito que possui características consideradas anormais para os parâmetros sociais em vigor. Assim, as portadoras destes traços desvalorizados, no caso, as mulheres da PEFT, perdem ainda mais créditos diante da sociedade, ficando potencialmente desacreditadas quando estas características se tornam visíveis.

Desta forma, pensamos ser importante que os e as estudiosas de gênero, assim como o movimento feminista, estejam atentos para o que chamamos de cristalização das ideias. Ou seja, se simplesmente acatarmos os dados novos, sem discuti-los, corremos sério risco de corroborarmos a invisibilidade de uma parcela da população que já é invisibilizada ao extremo: mulheres, presidiárias, pobres.

Cabe-nos ressaltar que não é nossa intenção estabelecer uma relação saudável entre crime e empoderamento que, de forma alguma, são sinônimos nesta discussão. No entanto, há dois pontos importantes que devem ser lembrados: o primeiro é a condição de vulnerabilidade econômica a que todas as entrevistadas estiveram submetidas desde a infância, e que esta situação configura nitidamente mais uma distorção exercida pelo universo do hiperconsumo; o segundo ponto, é a hierarquia do universo do delito que, como já citamos, é bastante parecida com a das relações de trabalho. Assim, quando falamos em *empoderamento*, nos referimos à conquista de espaço que estas mulheres tiveram que engendrar, ainda e apesar da dupla dificuldade imposta: a do gênero e a da criminalidade. Trata-se, como já referimos, de um *empoderamento às avessas*, não legitimado, sustentado como uma estratégia obrigatoriamente produzida por estas mulheres a fim de estabelecerem uma relação de pertencimento com a sociedade de consumo à qual foram arremessadas com pouquíssimas chances de uma sobrevivência digna.

Pacheco (2010, p. 75) critica “a necessidade que nós temos hoje de encontrar o cidadão de bem, definindo objetivamente quem é o cidadão e quem é o inimigo por meio de marcas identificatórias que definiriam a qual categoria pertencem”. O autor reforça a questão das convenções sociais que, assim como incluem certa parcela da população, tratam de excluir outro tanto, por conta da categorização que define como critério a situação econômica, em primeiro plano.

Enfim, a partir da pesquisa realizada, acreditamos na relevância do tema e da continuidade desta discussão. Ainda que os dados encontrados não sejam majoritários no universo prisional brasileiro, devem ser visibilizados. Tornar visível o invisível faz parte da trajetória dos movimentos das mulheres ao longo do tempo e deve corroborar, passo a passo, para a ampliação de seu espaço na esfera pública e privada, a fim de que esta vulnerabilidade possa, quem sabe, transformar-se um dia em efetivo empoderamento.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial: reorganização e reformulação do sistema prisional feminino**. Brasília. DF. 2007. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio\\_final\\_reorganizacao\\_prisional\\_feminino.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_final_reorganizacao_prisional_feminino.pdf). Acesso em 10 mar. 2012.
- CARVALHO, E. Imagem e Alteridade: reconhecendo o outro por meio da identificação de símbolos de pertencimento. In: **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Cásper Líbero**, 1, 1-10. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comtempo/article/viewFile/6728/6097>. Acesso em 10 abr. 2012.
- CARVALHO, F. O. Desenvolvimento, Mulheres e Criminalidade: uma análise dos relatos das presidiárias detidas por envolvimento com tráfico de drogas na cadeia pública de Montes Claros, MG. **Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros**: MG. 2007. Disponível em: <http://www.ccsa.unimontes.br/ppgds/images/teses/DISSERT.%20FLAVIO%20CARVALHO.pdf>. Acesso em 10 mai. 2012.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva. 2010.
- GURGEL, T. Feminismo e Luta de Classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades e Deslocamentos** (p. 1-9). 2010. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277667680\\_ARQUIVO\\_Feminismoelutadeclasse.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277667680_ARQUIVO_Feminismoelutadeclasse.pdf). Acesso em 05 fev. 2012.
- HOROCHOVSKI, R; MEIRELLES, G. (2007). Problematizando o Conceito de Empoderamento. In: **II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia** (485-506). 2007. Disponível em: [http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo\\_horochovski\\_meirelles.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf). Acesso em: 05 mai. 2012.
- KLEBA, M. E; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. In: **Revista Saúde e Sociedade**, 18, 733-743. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902009000400016&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000400016&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 10 abr. 2012.
- NETO, Otávio Cruz. O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação. In: M. C. S. Minayo. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes. 2002.
- NOVELLINO, M. S. F. **Chefia Feminina de Domicílio como Indicador de Feminização da Pobreza e Políticas Públicas para Mulheres Pobres**. Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 464-479. 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPol-Publicas/SaletNovellino.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2012.
- OLIVEIRA, L. R.; WERBA, G. C. De Maria Bonita a Maria da Penha: recontando histórias e visibilizando as mulheres. In: M.N. Strey; A. S. Piason; A. L. S. Julio (Orgs). **Vida de Mulher: Gênero, Sexualidade e Etnia**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2011.
- PACHECO, P. **Atuação do Psicólogo no Sistema Prisional**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. 2010.

PERROT, M. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto. 2007.

PROBST, ElisianaR. RAMOS, Paulo. **A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho**. Florianópolis: Instituto Catarinense de Pós-Graduação – ICPG. 2003. Disponível em: <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2013.

RAGO, M. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: M. D. Priore, C. Bassanezi. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2006.

ROLIM, M. **A Síndrome da Rainha Vermelha**. Rio de Janeiro: Zahar. 2006.

SALMASSO, R. C. Criminalidade e Condição Feminina: estudo de caso das mulheres criminosas e presidiárias de Marília. Revista de Iniciação Científica FFC, 3, 16-31. Disponível em: <http://revistas.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/viewFile/97>. 2004. Acesso em: 05 mai. 2012.

SOIHET, R. História, Mulheres e Gênero: contribuições para um debate. In: N. Aguiar (Org). **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde as perspectivas das mulheres**. 1997. Disponível: <http://midia independente.org/media/2007/08/390676.pdf#page=90>. Acesso em: 05 mai. 2012.

WERBA, G. Parteiras, Bruxas, Mulheres... Articulações entre a saúde, o poder e o feminino na história. In: M. N. Strey, G. Werba, A. Roso (Orgs.). **Gênero por Escrito – Saúde, Identidade e Trabalho**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 1999.

